

# Violência sexual contra crianças e adolescentes pelas lentes da interseccionalidade: uma revisão sistemática de literatura

Sexual violence against children and adolescents through the lens of intersectionality: a systematic literature review

Silvia Rosa Prieto Urzêdo<sup>1</sup>, Ailton de Souza Aragão<sup>2</sup>

Como citar esse artigo. URZÊDO, S. R. P. AILTON, A. S. Violência sexual contra crianças e adolescentes pelas lentes da interseccionalidade: uma revisão sistemática de literatura. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 149-158, mai./ago. 2024.

## Resumo

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática de saúde pública que possui dados alarmantes no Brasil, onde a maioria das vítimas são meninas pretas. Objetiva-se compreender se o perfil etário, de gênero e racial das crianças e adolescentes aumentam as chances de que elas sejam sexualmente violentadas. Realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes e do conceito de interseccionalidade, trabalhados conjuntamente. Justificou-se pela escassez de estudos que aproximem essas duas temáticas. Para a revisão, palavras-chave foram utilizadas em 8 bases de dados, sendo que apenas 5 artigos foram selecionados. Emergiram dos estudos temas como a interseccionalidade de gênero, raça e idade, consequências da violência e ações para prevenção. Conclui-se que o campo da interseccionalidade vem sendo construído e está em seu início no Brasil, mas, estudos mostraram que o perfil interseccional das vítimas aumenta suas chances de sofrerem violência sexual.

**Palavras-chave:** Delitos sexuais; Abuso sexual na infância; Enquadramento interseccional.



**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Abstract

Sexual violence against children and adolescents is a public health problem that has alarming data in Brazil, where the majority of victims are black girls. The aim is to understand whether the age, gender, and racial profile of children and adolescents increase the chances of them being sexually assaulted. A Systematic Literature Review was carried out on sexual violence against children and adolescents and the concept of intersectionality, which were used together. It was justified by the lack of studies that bring these two themes together. Keywords were used in 8 databases, and only 5 articles were selected. Topics such as the intersectionality of gender, race, and age, consequences of violence, and prevention actions emerged from the studies. It is concluded that the field of intersectionality is being developed and is starting in Brazil. Still, studies have shown that the intersectional profile of victims increases their chances of suffering sexual violence.

**Keywords:** Sex offenses; Child abuse, sexual; Intersectional framework.

## Introdução

O fenômeno da violência, considerado como complexo e multifacetado, se demonstra de diferentes maneiras, como por conflitos de autoridade, lutas de poder ou dominação e vontade de aniquilamento do outro (Minayo, 2006). Entende-se que a violência permeia a sociedade de modos distintos, mas, acima de tudo, ferindo a moral da cultura daquele local. Minayo (2006) aponta que esse tipo de fenômeno compõe a consciência social com uma ideia relacionada ao crime e à delinquência. Há uma associação da violência

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup>Doutor em Saúde Coletiva. Professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Email de correspondência: silviaurzedo13@gmail.com

Recebido em: 24/06/2024. Aceito em: 08/08/2024.

como um ato negativo, o que ocorre em direção oposta à consciência da liberdade, à ética e à política democrática do humano (Chauí, 2017).

A violência pode ser considerada boa ou má a depender das forças históricas que estão por trás dela, ou seja, pode ser relacionada com a luta por direitos das mulheres, ou com a criminalidade organizada. Nesse sentido, a violência tem caráter paradoxal na sociedade, uma vez que algumas de suas formas são consensuadas e toleradas, como os abusos físicos de pais aos seus filhos visto como uma prática “pedagógica”, e outras são condenadas por extrapolarem a regra social, dando origem a um sentimento de repulsa coletiva (Escorsim, 2014; Minayo, 2006). Chauí (2017) ainda pontua que a violência na sociedade brasileira não é vista onde de fato se origina ou se define. Isso ocorreria uma vez que essa sociedade não se percebe como estruturalmente violenta, mas compreende a violência como um fato esporádico.

De todo modo, “a violência é o contrário do conflito institucionalizado. Ela traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em tema de debate e busca de solução pela sociedade.” (Minayo, 2006, p. 21). Além disso, a partir da globalização e das mudanças sócio-históricas, as formas de violência tornaram-se ainda mais amplas e interligadas, fazendo com que a sociedade como um todo se dedicasse a pensar e a estudar formas de violências que até então eram invisibilizadas.

Dentre essas violências invisibilizadas, tem-se como foco desta pesquisa a Violência Sexual (VS). Esse tipo de violência é tão mais complexa quanto delicada, haja vista representar um assunto “tabu” na sociedade envolvendo a temática sexual juntamente com as diferentes facetas que esse tipo de violência pode assumir. Suas definições podem ser variadas, mas possuem uma síntese central postulada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2002 como:

Qualquer ato sexual, tentativa de obter ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, atos de tráfico, ou, de outra forma, dirigir-se contra a sexualidade da pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não limitado a, casa e trabalho. (Krug *et al.*, 2002, p. 149, tradução nossa).

A partir dessa definição, entende-se que a violência sexual não pode ser resumida ao estupro ou ao assédio. Pelo contrário, a VS deve ser compreendida como aquela que abrange também toda forma de gestos, carícias e comentários voltados à sexualidade de outra pessoa, além de incluir exibicionismos, comercialização sexual e atos sexuais que não envolvem consentimento, ou são consentidos por pessoas que não possuem maturidade física e cognitiva para tal (Conceição *et al.*, 2022a; Fernandes *et al.*, 2022).

Ao pensar na Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (para tal termo, devido sua extensão, acordou-se em utilizar a sigla VSCCA a cada vez que ele for referido), tem-se a definição do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Brasil, 2015) para a violência e abuso sexual infanto-juvenil. O Ministério entende que há uma violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes em abusos ou exploração do corpo e da sexualidade desses. Esses abusos são praticados por alguém mais velho que a vítima que, possuindo poder ou autoridade sobre ela, objetiva obter satisfação sexual. Com isso, a vítima vivencia uma experiência sexual que está “além de sua capacidade ou de consentir ou de entender, baseada na extrapolação do limite próprio, no abuso de confiança e poder.” (Brasil, 2015, p. 9)

Entende-se que essas violências são graves para a vida e desenvolvimento das crianças e adolescentes violentados. Percebe-se o caráter hierárquico e intencional desses casos, onde o adulto possui determinado poder (físico, econômico e sociocultural) perante à criança ou adolescente, e pode utilizar-se disso para seduzir, enganar, manipular ou ludibriar a vítima. Tendo em vista que a maior parte dos casos ocorrem dentro da residência da vítima por meio de um familiar ou conhecido dela (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Conceição *et al.*, 2022b), entende-se que esse tipo de violência tem sua descoberta dificultada devido à complexidade de compreensão da situação e do ato de denúncia da família (Conceição *et al.*, 2022a). Isso propicia, ainda, uma cultura do silêncio em relação à ocorrência

desses casos.

Ainda devido à sua gravidade, a VSCCA possui diversas consequências na vida dessas vítimas, como a revitimização da criança e do adolescente, que muitas vezes precisa reviver a violência ao recontá-la para diferentes pessoas, sejam familiares, profissionais da saúde e/ou autoridades. Ademais, existe uma ampla gama de consequências de nível emocional e físico, como a estigmatização da vítima, a hostilização em seu meio social, a contração de infecções sexualmente transmissíveis, o estresse pós-traumático, a agressividade elevada, o desenvolvimento de problemas com sono, o abuso de drogas, a automutilação, a ideação e a tentativa de suicídio, o aparecimento de transtornos alimentares e depressivos, o início de comportamento sexual de risco, o isolamento e a vulnerabilidade social, além de problemas acadêmicos e profissionais relacionados à desesperança com o futuro (Fernandes *et al.*, 2022; Krug *et al.*, 2002; Chaves *et al.*, 2020).

A VS representa um cenário alarmante tanto na conjuntura global, quanto na realidade brasileira. No que diz respeito ao Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) apontou que os casos de estupro e estupro de vulnerável no país, em 2022, foram os maiores da história, totalizando 74.930 vítimas. O documento salienta que 75,8% do total de casos foram de vulneráveis, ou seja, eram pessoas incapazes de consentir devido à sua idade (menores de 14 anos) ou por motivos como deficiências e enfermidades.

Houve um aumento de 8,2% de casos em relação ao ano anterior, 2021. Ressalta-se também que os casos de 2022 se referem somente aos casos notificados pelas autoridades policiais, ou seja, é apenas uma fração da VS que chegou ao âmbito policial. Para os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mencionados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), apenas 8,8% dos casos de estupro são reportados à polícia e só 4,2% ao sistema de saúde, sendo assim, estima-se que o real patamar de casos de estupros no país esteja na ordem de 822 mil.

Outro dado relevante encontrado em meio aos resultados presentes no Anuário (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) refere-se à faixa etária das vítimas. O material aponta que “no Brasil, 6 em cada 10 vítimas são vulneráveis com idades entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos.” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 155). Em relação ao perfil dos dados de estupros e estupros de vulneráveis, 61,4% das vítimas tinham no máximo 13 anos, 86,7% eram meninas e 56,8% eram negras.

Tal quadro escancara duas questões centrais ao se debater a temática da violência sexual. Primeiro, é essencial pensar a violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que essas são as principais vítimas da VS. Ainda, é urgente compreender o perfil da maioria significativa das vítimas a partir de uma leitura que coloque em destaque a intersecção entre suas características, evidenciando causas e intervenções que possam definir políticas públicas de proteção, em especial, a esse perfil específico de vítimas.

Consciente das diferentes consequências na vida da vítima, depreende-se a necessidade do atendimento dessas em unidades de saúde, em especial, por profissionais capacitados para atender tal tipo de demanda. Para Escorsim (2014, p. 237) “a violência não se caracteriza como um objeto típico da assistência à saúde, contudo, seus impactos [...] exigem dos profissionais e serviços uma atualização de seus saberes e uma reorganização de suas práticas.”. Tendo em vista o número alarmante de casos, como citado anteriormente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), entende-se que essas vítimas influem diretamente no sistema de saúde brasileiro, escancarando uma realidade que precisa ser analisada atentamente em busca de políticas públicas de proteção e cuidado com essas vítimas, bem como de capacitação dos profissionais para esses atendimentos.

Para a formulação dessas políticas, além de dados concretos e numéricos acerca dos casos de VSCCA, é importante que haja uma fundamentação teórica de base para compreensão e leitura desses dados. A lente adotada e proposta por este estudo é chamada de interseccionalidade e foi postulada por Kimberlé Crenshaw a partir do texto “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist

Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. A interseccionalidade diz respeito a uma discriminação híbrida entre gênero e raça sofrida por mulheres negras, fazendo com que as consequências dessas discriminações sejam especificamente mais duras para essa população (Crenshaw, 1989).

O conceito pressupõe uma leitura do mundo a partir do entendimento imbricado dos fatores que atravessam a vida das pessoas para compreender as opressões que as afetam. Ou seja, parte-se da consciência que diferentes eixos de discriminação, como raça e classe social, se cruzam formando opressões múltiplas e correlacionadas para determinados grupos de pessoas, em especial, mulheres negras. Logo, esse conceito é essencial para fortalecer movimentos sociais antirracistas, feministas e a favor dos direitos humanos, ajudando-os a lidar com as pautas das mulheres negras (Akotirene, 2019), e consequentemente, de meninas negras, as quais representam a maioria das vítimas de VSCCA (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Conceição *et al*, 2022b).

A perspectiva Interseccional é, então, essencial para um entendimento ampliado e contextualizado do fenômeno da VS, suscitando questões importantes para um pensamento além dos protocolos de cuidados da saúde física da vítima. Nessa lógica, é possível questionar, por exemplo, se meninas negras são mais frequentemente vítimas de VS. Se sim, de que maneira sua raça e gênero afetam nessa resposta? Tais questões são cruciais para um olhar atento em relação às demandas da infância e da adolescência de forma a promover a saúde dessas vítimas, ou mesmo conscientizá-las desde cedo acerca dessa temática. Portanto, a pergunta de pesquisa que guia a presente revisão de literatura pode ser definida como: o perfil etário, de gênero e racial das crianças e adolescentes aumenta a chance de que elas sejam sexualmente violentadas?

O presente estudo tem por objetivo, então, analisar a interseccionalidade do perfil das vítimas de VSCCA por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura referente às publicações de artigos indexados dos últimos 5 anos (2019-2023). A pesquisa justifica-se, portanto, pela contribuição teórica aos estudos do campo da Violência Sexual, especialmente diante da escassez de materiais acerca da VSCCA e da interseccionalidade. A integração das produções científicas ainda permite reconhecer as possibilidades de implementar ações voltadas à proteção de jovens, compreender o fenômeno e integrar novos conceitos e visões ao campo, proporcionando atualização do referencial utilizado para pensar a temática importante e delicada que é a Violência sexual contra Crianças e Adolescentes.

## Método

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa documental qualitativa que adota como procedimento a atualização bibliográfica acerca do tema VSCCA e interseccionalidade por meio de um estudo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL).

A RSL visa atualizar o estado da arte da produção científica sobre a temática VS e Interseccionalidade e conformar ou reformular as hipóteses de estudo. Para tanto, pesquisas nas bases indexadas nacionais e internacionais foram adotadas para que houvesse uma dimensão ampliada, ainda que se trate de um estudo local. A revisão foi realizada segundo o protocolo PICO (Problema, Intervenção e Controle), para estudos não clínicos, para a qual foi elaborada uma pergunta de pesquisa para seu desenvolvimento (Santos; Pimenta; Nobre, 2007), sendo ela: o perfil etário, de gênero e racial das crianças e adolescentes influencia na probabilidade de que essas sejam sexualmente violentadas?

Na primeira etapa da revisão, foram selecionados como descritores de busca “delitos sexuais”, “crianças”, “adolescente”, “enquadramento interseccional” e “serviços médicos de emergência” nos vocabulários controlados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). O descritor “serviços médicos de emergência” foi pensado, inicialmente, com o intuito de que surgissem artigos que abordassem o atendimento das vítimas nos hospitais e, consequentemente, notificasse os casos de violência. Entretanto, as buscas que envolveram esse descritor foram majoritariamente suprimidas da tabela abaixo, visto que não trouxeram resultados significativos se comparado às buscas em que tal

descriptor não foi utilizado.

As bases de dados selecionadas para as buscas textuais foram SciELO, BVSalud, Pepsic, PubMed, Scopus, Embase, Psycinfo e Web of Science. Ressalta-se que as 5 últimas bases pertencem ao Portal Capes, o qual foi acessado a partir do cadastro da universidade da pesquisadora no Acesso CAFe. Durante a busca foram utilizados os operadores booleanos OR e AND juntamente com os descritores e seus sinônimos em português, inglês e espanhol, os quais foram representados de forma resumida na tabela abaixo, uma vez que a extensão das combinações originais tornava inviável sua apresentação neste estudo.

Foram adotados como critérios de inclusão da pesquisa artigos publicados em português ou inglês, nos últimos 5 anos (2019-2023), que estivessem presentes em bases indexadas, com texto completo e que aproximassem a interseccionalidade da temática da VSCCA. Como critérios de exclusão adotou-se artigos em outro idioma, aqueles publicados antes de 2019, que não fossem indexados, apresentassem apenas resumos e não abordassem a VS especificamente na infância e adolescência ou abordassem o tema da interseccionalidade sem relacioná-la com a VS. A tabela 1 sintetiza as estratégias de busca utilizadas, resumindo os descritores devido à sua extensão original e desconsiderando algumas das pesquisas com o descritor “serviços médicos de emergência”.

**Tabela 1.** Distribuição dos números de artigos identificados e selecionados nas bases de dados, segundo as palavras-chave

Base de dados	Palavras-chave combinadas	Nº artigos ident.	Nº artigos selec.
SciELO	(Delitos Sexuais) OR (Abuso Sexual) OR (Sex Offenses) OR (Abuse, Sexual) OR (Delitos Sexuales) AND criança OR chid OR niño AND Adolescente OR Teenagers OR Joven AND (Enquadramento Interseccional) OR (Intersectional Framework) OR Interseccionalidad AND (Serviços Médicos de Emergência) OR (Emergency Medical Services) OR (Servicios Médicos de Urgencia)	0	0
BVS (LILACS)	(Delitos Sexuais) OR (Abuso Sexual) OR (Sex Offenses) OR (Abuse, Sexual) OR (Delitos Sexuales) AND criança OR chid OR niño AND adolescente OR Adolescent OR Joven AND (Enquadramento Interseccional) OR (Intersectional Framework) OR Interseccionalidad	7	1
Pepsic	"Delitos Sexuais" OR "Abuso Sexual" OR "Agressão Sexual" AND crianças OR adolescentes AND Interseccionalidade OR Intersectionality OR Interseccionalidad AND "Serviços Médicos de Emergência" OR "Pronto-Socorro" OR "SAMU" OR "Emergency Medical Services" OR "Emergency Care" OR "Servicios Médicos de Urgencia" OR "Asistencia de Urgencias"	0	0

Base de dados	Palavras-chave combinadas	Nº artigos ident.	Nº artigos selec.
Pubmed	"Sex Offenses"[Mesh] OR (Sex Offenses) OR (Abuse, Sexual) AND "child"[Mesh] OR chid "Adolescent"[Mesh] OR Adolescent OR Teenager AND "Intersectional Framework"[Mesh] OR (Intersectional Framework) OR Intersectionality	40	1
Psycinfo	"Sex Offenses" OR "Abuse, Sexual" OR "Sexual Violence" AND child OR children OR Adolescent OR Adolescence OR Teenagers AND "Intersectional Framework" OR "Framework, Intersectional" OR "Intersectionality"	4489	0
Web of Science	"Sex Offenses" OR "Abuse, Sexual" OR "Sexual Violence" AND child OR children OR Adolescent OR Adolescence OR Teenagers AND "Intersectional Framework" OR "Framework, Intersectional" OR "Intersectionality"	45	3
Scopus	"Sex Offenses" OR "Abuse, Sexual" OR "Sexual Violence" AND child OR children OR Adolescent OR Adolescence OR Teenagers AND "Intersectional Framework" OR "Framework, Intersectional" OR "Intersectionality"	2271	0
Embase	'sexual crime'/exp OR 'offender, sex' OR 'sex crime' AND 'child'/exp OR 'children' OR 'adolescent'/exp OR 'teenager' AND 'intersectionality'/exp OR 'intersectional framework'	0	0
TOTAL		6852	5

Fonte. Elaborado pelos autores, 2024

As pesquisas nas bases de dados foram realizadas aplicando filtros que correspondessem aos critérios de inclusão do estudo, e combinando todos os descritores, ou todos, exceto “serviços médicos de emergência”. Os resultados obtidos foram analisados inicialmente a partir dos títulos. Aqueles que possuíam títulos de acordo com os critérios de inclusão tinham seus resumos lidos e, a partir disso, eram selecionados, ou não, para uma leitura integral. Essa era realizada e, como última análise, eram oficialmente selecionados para a revisão os artigos que se encaixavam na temática proposta por esse estudo. Ao final da revisão foi construído um fluxograma (figura 1) que sintetiza o processo de seleção e exclusão dos artigos.

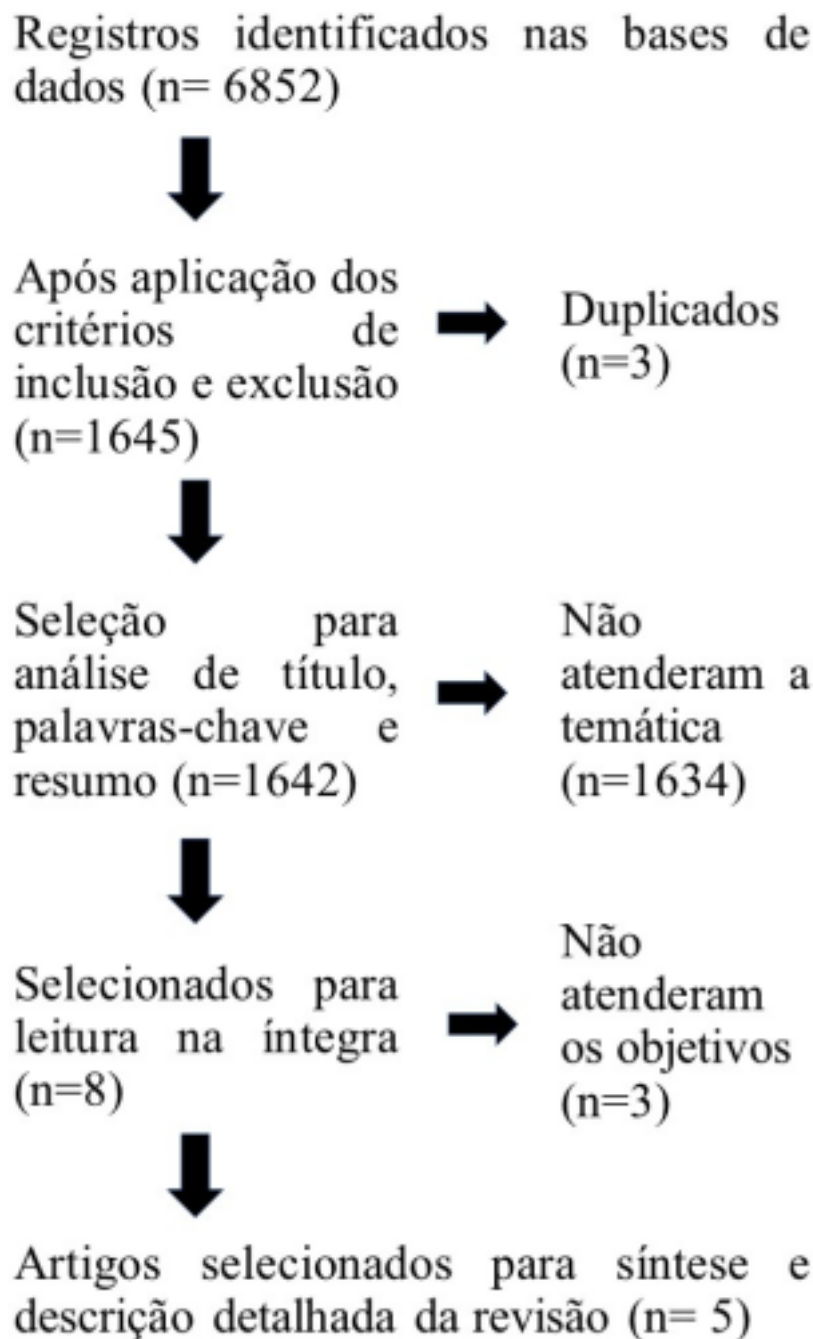


Figura 1. Fluxograma de registros identificados.

Fonte. Dos autores, 2024

## Resultados

Os 5 artigos selecionados foram codificados de A1 a A5. Todos eles tiveram suas informações de ano e país de publicação, autoria, título e periódico de publicação categorizadas na Tabela 2. As informações de objetivos do estudo, abordagem metodológica e número de participantes foram sintetizadas na Tabela 3. Todos esses dados foram extraídos e tabulados de forma descritiva com o objetivo de visualizar e comparar a produção científica encontrada.

**Tabela 2.** Síntese dos estudos incluídos na Revisão Integrativa da Literatura, segundo ano e país de publicação, autores, título e periódicos.

Cód.	Ano/País	Autores	Título	Periódico
A1	2019, Estados Unidos	SANCHEZ, D.; BENBOW, L. M.; HERNÁNDEZ- MARTÍNEZ, M.; SERRATA, J. V.	Invisible bruises: Theoretical and practical considerations for black/ afro-latina survivors of childhood sexual abuse.	Women & Therapy
A2	2020, Estados Unidos	HARRIS, J; KRUGER, A. C.	“We always tell them, but they don’t do anything about it!” Middle school black girls experiences with sexual harassment at an urban middle school.	Urban Education
A3	2021, Austrália	ROMEYN, I.; BIRCH, P.	Operational policing and child abuse: examining the impact of feminism, exploring the application of intersectionality.	Journal of criminological research, policy and practice
A4	2022, Brasil	STALIANO, P.; KANEKO, A. Y.; MONDARDO, M.	Violência sexual infantojuvenil indígena: da vulnerabilidade social à articulação de políticas públicas.	Estudos e Pesquisas em Psicologia
A5	2023, Canadá	HELMUS, M.; KYNE, A.	Prevalence, correlates, and sequelae of Child Sexual Abuse (CSA) among indigenous Canadians: intersections of ethnicity, gender, and socioeconomic status.	International Journal of Environmental Research and Public Health

Fonte. Elaborado pelos autores, 2024



**Tabela 3.** Síntese dos estudos incluídos na Revisão Integrativa da Literatura, segundo objetivos do estudo, abordagem metodológica e nº de participantes.

Cód.	Objetivos	Abordagem	Nº
A1	“[...] Discutimos o trauma histórico e contemporâneo da escravidão, do racismo e do colonialismo, [...] identificamos barreiras sistêmicas/institucionais e interpessoais para a busca de apoio ao trauma [...]. Incorporadas nesta discussão estão as vozes de adultos negros/afro-latinos sobreviventes de abuso sexual infantil que participaram de um projeto do Círculo de Escuta intitulado Black Latinidad: Building Siblinghood to End Child Sexual Abuse Project. Finalmente, propomos abordagens baseadas especificamente em traumas raciais e culturais e que aproveitam dos pontos fortes dos sobreviventes negros/afro-latinos para centralizar suas vozes em como intervir.” (p. 408, tradução nossa)	Qualitativa	49
A2	“Este estudo utilizou uma lente interseccional para centralizar as vozes de meninas negras, a fim de compreender as suas experiências com assédio sexual. [...] O estudo empregou um desenho fenomenológico crítico para responder às questões de pesquisa propostas.” (p. 8. tradução nossa)	Qualitativa	09
A3	“Este artigo tem como objetivo examinar a prática operacional do policiamento e o abuso infantil. O artigo reconhece a influência que o feminismo da segunda onda teve na prática policial em termos de reconhecimento e abordagem deste tipo de crime. No entanto, o abuso infantil é majoritariamente considerado no contexto de um único incidente, sendo negligenciadas as crianças que sofrem repetidos abusos e polivitimizações. Como consequência, considera-se a aplicação da interseccionalidade como referencial teórico para fundamentar a prática.” (p. 125, tradução nossa)	Qualitativa	01
A4	“Assim, o objetivo principal dessa pesquisa consistiu em caracterizar a violência sexual de crianças e adolescentes indígenas, bem como, oferecer um panorama acerca dos possíveis fatores de risco que corroboram para a ocorrência da violência sexual infanto-juvenil na RID. Para tanto, os objetivos específicos foram: identificar qual o perfil das vítimas, tipo de vínculo do agressor e vítima, o modus operandi dos crimes, bem como compreender a visibilidade que a mídia digital e órgãos oficiais oferecem à violência sexual infanto-juvenil.” (p. 1440)	Quantitativa e qualitativa	20
A5	“Este estudo explora as taxas de ASI [abuso sexual infantil] entre os indígenas canadenses, incluindo um exame da interseccionalidade de gênero e status socioeconômico, correlacionados com o ASI (que pode representar fatores de risco) e com sequelas do ASI.” (p. 3, tradução nossa)	Quantitativa	282

Fonte. Elaborado pelos autores, 2024

Uma análise dos artigos resultantes permite reconhecer que 80% dos estudos são internacionais (Estados Unidos, Canadá e Austrália) e somente 20% é nacional (Brasil). Cada um deles foi publicado em um ano distinto, sendo entre 2019 e 2023; em periódicos de diferentes áreas (educação, psicologia, saúde pública e criminologia). Predomina a abordagem qualitativa (60%), seguida da abordagem quantitativa (20%) e da mista (20%).

Apenas dois artigos (40%) trazem falas e apontamentos das vítimas de VSCCA, ou seja, trabalham com pesquisas com humanos (Sanchez; Benbow; Hernández-Martínez; Serrata, 2019; Harris; Kruger, 2020). Os outros quatro artigos (60%) trazem pesquisas teóricas (Romeyn; Birch, 2021), documentais (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022) e quantitativas com base em dados obtidos através de formulário online (Helmus; Kyne, 2023).

Todos os artigos trouxeram contribuições distintas que mesclam a interseccionalidade, ressaltando os fatores de raça/cor da pele/etnia, gênero e idade, as consequências do abuso na vida da vítima e as formas de intervir, prevenir ou pensar a VSCCA. Assim, com o emergir recorrentes dessas temáticas nos estudos, elas foram selecionadas e deram base para que fossem criadas três categorias que possibilitaram a discussão com a literatura e a análise das dimensões desse conceito e fenômeno, a saber: interseccionalidade de gênero, raça e idade; efeitos e consequências da VSCCA e ações para o enfrentamento da VSCCA.

## Discussão

Compreendendo os resultados desse estudo, alinha-se a isso outras produções científicas que se dedicam às mesmas linhas de pesquisa: VSCCA e interseccionalidade. Essa estratégia possibilita a discussão entre a literatura e os artigos encontrados nessa revisão.

### **Categoria 1: Interseccionalidade de gênero, raça e idade**

Todos os artigos selecionados abordam, de alguma forma, a interseccionalidade e a forma como gênero, raça e idade aumentam as chances de que crianças e adolescentes sofram VS e tenham graves consequências, muitas vezes invisibilizadas. O marcador interseccional mais comentado foi a raça/etnia das vítimas, além de seu gênero.

Enquanto Sanchez, Benbow, Hernández-Martínez e Serrata (2019) apontam que meninas pretas e afrolatinas podem experimentar maiores níveis de estressores psicológicos, como a discriminação racial, Staliano, Kaneko e Mondardo (2022) seguem uma linha de raciocínio semelhante ao afirmar que os marcadores de gênero e a etnia impactam as oportunidades de alguns grupos que, por consequência, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade e exposição do que outros grupos sociais. Nesse sentido, Harris e Kruger (2020) complementam essa lógica quando afirma que meninas negras têm mais chance de serem vítimas de tráfico sexual e de prisão por prostituição.

Percebe-se que os estudos abordam o tema já de maneira imbricada, uma vez que a interseccionalidade propõe justamente um olhar que não separa as implicações de gênero das implicações de raça.

Outro apontamento relevante quanto à etnia vem do estudo com pessoas indígenas no Canadá. Helmus e Kyne (2023) concluem com sua pesquisa que as taxas de VSCCA entre indígenas do Canadá eram de três a cinco vezes maiores do que as estimativas do país, sendo que, dentre os participantes do estudo, cerca de metade já haviam sido vítimas. O estudo de Staliano, Kaneko e Mondardo (2022) aponta para resultados semelhantes, mas em um estudo realizado no contexto de reserva indígena brasileira. Os autores abordam a subalternidade de crianças e adolescentes indígenas diante à colonialidade de gênero, a qual expõe uma correlação entre ser criança ou adolescente do gênero feminino e ser indígena com uma maior exposição às violências, às violações de direitos e às vulnerabilidades.

O estudo de Harris e Kruger (2020) discute a hipersexualização e a adultização do corpo de meninas negras. As participantes do estudo ressaltaram a relação dessa hipersexualização com as músicas populares.

O mesmo estudo afirma que os corpos dessas meninas, em ambientes como a escola, tendem a ser controlados. Assim, ao pensar em gênero, raça e idade, as crianças e adolescentes negras são consideradas mais vulneráveis em relação ao acesso às políticas públicas que efetivaram a proteção integral, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vulnerabilidade aliada ao fato de sofrerem esse processo de adultização que as invisibiliza em relação às violências que sofrem em detrimento dos direitos não garantidos (Teodoro, 2022; Sanchez *et al.*, 2019). Logo, a interseccionalidade se faz importante nessa realidade pois trata da forma como políticas e aspectos culturais endossam opressões que perpassam por diferentes eixos de discriminação, constituindo formas mais ou menos evidentes de subordinações de sujeitos (Crenshaw, 2002).

É importante pontuar que, além do gênero e da raça das vítimas, a idade torna-se um marcador de risco para a VSCCA. Harris e Kruger (2020), Romeyn e Birch (2021) e Staliano, Kaneko e Mondardo (2022) trabalham seus estudos com essa perspectiva. Primeiro, aponta-se a impossibilidade de se pensar uma “única infância generalizável” (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022, p. 1442), visto que crianças e adolescentes pertencentes a certos grupos étnico-raciais e sociais vivenciam formas diferentes de se desenvolver. Porém, é possível generalizar o fato que crianças do gênero feminino são as maiores vítimas pois envolvem não somente os processos de dominação de gênero, mas também a diferença de poder entre vítima e ofensor, bem como a noção de que a idade inferior e o desenvolvimento incompleto colaboram para a não compreensão do ato abusivo e/ou para o silenciamento e coação da vítima (Romeyn; Birch, 2021; Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022). Por fim, Harris e Kruger (2020) ainda afirmam que o assédio sexual aumenta conforme a idade da vítima, uma vez que é mais frequente que esse ocorra nas séries intermediárias do ensino fundamental do que no ensino médio. Tudo isso corrobora com a afirmação de Vieira (2018) acerca da educação adultocêntrica da sociedade, onde existe um ideal de superioridade do adulto sobre a criança, a qual é considerada fraca e digna de menos respeito.

Para além dessa discussão, Vieira (2018) também alerta para a forma com que a tríade entre capitalismo, racismo e patriarcado produzem os valores que estão nas relações sociais. Assim, as mulheres/crianças negras e pobres encontram-se em posição mais suscetível à violência. Como consequência, a mesma autora afirma que as contradições envoltas nos valores dessa tríade contribuem para que a violência contra mulheres/crianças negras e pobres seja mais naturalizada. Nesse sentido, destaca-se a vulnerabilidade como um fator importante ao se pensar a VSCCA, uma vez que ela é mais comum em locais com baixo poder econômico da população, evidenciando que a pobreza tem uma relação com a ocorrência dessa violência (Conceição *et al.*, 2022b).

Logo, o cenário só poderá ser modificado por meio da ação de promoção de cuidado e de saúde para populações que vêm sendo mais afetadas pelas violências, nesse caso representada pela VS infanto-juvenil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Krug *et al.*, 2002).

## **Categoria 2: Efeitos e consequências da VSCCA**

As consequências da VSCCA também foi um tema que emergiu do estudo a partir de importantes pontuações dos artigos selecionados.

Bem como discutem Fernandes *et al.*, 2022; Krug *et al.*, 2002 e Chaves *et al.*, 2020, os efeitos da VSCCA na vítima são variados e podem afetar os níveis físico, psicológico e emocional da criança e do adolescente. Ou seja, as consequências do abuso podem repercutir no corpo (atrasos no desenvolvimento, lacerações das regiões íntimas, hemorragias), no modo de agir (comportamentos de risco, tentativa de suicídio), em transtornos mentais (depressão, transtorno de estresse pós-traumático), entre outros.

Os estudos de Harris e Kruger (2020), Romeyn e Birch (2021) e Helmus e Kyne (2023) seguem a mesma linha e afirmam que o abuso sexual infantil pode resultar em baixa autoestima, gravidez na adolescência, maior chance de envolver-se em relações violentas ou de sofrer abuso novamente (Romeyn; Birch, 2021); alta probabilidade de envolver-se em crimes, uso de álcool e abuso de substâncias (Helmus; Kyne, 2023). Ainda, Harris e Kruger (2020) discutem que vítimas de abuso e violência sexual são mais

prováveis de apresentar problemas comportamentais internalizantes, como depressão e ansiedade, e externalizantes, como envolvimento em brigas. Romeyn e Birch (2021) também evidenciam um outro tipo de consequência que é a revitimização causada por processos judiciais traumáticos às vítimas.

O estudo de Staliano, Kaneko e Mondardo (2022) salienta uma importante reflexão acerca dos efeitos da violência. Os autores sinalizam que prever as consequências da VSCCA pode ser complexo, já que nisso envolvem-se diferentes especificidades contextuais em relação à vítima e ao abusador, como o tipo, a duração e a frequência da violência, e o vínculo entre agressor e vítima, por exemplo, além de questões relativas à cultura em que o caso está inserido.

Para além disso, também entende-se a relação dos impactos apresentados com as consequências socioeconômicas às vidas das vítimas e das suas famílias. É comum que crianças e adolescentes violentados, especialmente meninas, abandonem a escola e se encontrem em trabalhos precarizados ou informais. A renda familiar muitas vezes é afetada, já que a criança depende de cuidados constantes e a condição socioeconômica da família pode ser baixa.

### **Categoria 3: Ações para o enfrentamento da VSCCA**

Todos os cinco artigos discutem ações de prevenção, de intervenção, além de conclusões acerca da VSCCA. Em diferentes contextos, os estudos trazem possibilidades para se pensar esse tipo de violência.

Inicialmente, Helmus e Kyne (2023) abordam a necessidade de considerar as variedades culturais de cada país para fundamentar as intervenções e os caminhos a serem seguidos em relação a esse tema. A proposta conflui com a interseccionalidade, uma vez que, tal como esse conceito, considera os diferentes eixos de opressões e de características que interferem na identidade do sujeito ou, nesse caso, de um país. Staliano, Kaneko e Mondardo (2022) seguem essa mesma linha e propõem uma ação conjunta em que as redes de proteção e os agentes envolvidos trabalhem juntos para olhar as especificidades das populações que sofrem com a VSCCA.

O estudo de Sanchez, Benbow, Hernández-Martínez e Serrata (2019) apresenta contribuições acerca do suporte e do acolhimento das vítimas. A pesquisa salienta que é essencial a construção de um vínculo ou relacionamento genuíno baseado na confiança, na reciprocidade e no respeito, como um relacionamento terapêutico igualitário. Ainda, as sugestões dos autores são: criação de grupos de apoio e suporte às vítimas, como o apresentado no estudo, criação de casas de acolhimento e acesso à terapeutas e à profissionais capacitados para o cuidado destinado a essas crianças e adolescentes. Acerca do último ponto, Barbosa e Rocha (2020) citam que o trabalho da escuta profissional feita às vítimas requer uma formação específica, usualmente voltada ao psicólogo, visto a necessidade da empatia e da sensibilidade no trabalho e no contato com essas crianças e adolescentes.

Os estudos de Harris e Kruger (2020) e Romeyn e Birch (2021) focam em formas diferentes de intervenção e de prevenção. Harris e Kruger (2020) tocam no ponto da investigação e da atenção aos casos de assédio no e através do ambiente escolar, uma vez que crianças e adolescentes passam grande parte do seu dia nesse local. Esse tipo de proposta também é vista em Oliveira, Silva e Maio (2020, p. 14): “é essencial que sejam pensadas e executadas Políticas Públicas voltadas à qualificação dos/as agentes escolares para que contribuam para o combate a essa forma de violência, como prevenção.” Ou seja, para os autores, a escola é vista como canal de denúncia, de proteção, de educação e de conscientização sexual às crianças e aos adolescentes.

Por fim, a proposta de Romeyn e Birch (2021) discorre de uma alternativa mais focada na segurança pública e no policiamento. Os autores partem do princípio que o abuso sexual infantil é também um problema policial e que uma barreira significativa para a prevenção dessa violência são os números baixos de denúncias, ou, ainda, denúncias que ocorrem anos após o acontecimento. Além disso, os autores também compreendem que a polícia comumente investiga esses casos como incidentes únicos, porém, urge uma necessidade de que essas investigações ocorram de modo mais holístico para que de fato sejam reconhecidas as vítimas crônicas desse tipo de violência. Assim, Romeyn e Birch (2021) também

propõem a Interseccionalidade como um quadro teórico interessante para melhorar o entendimento e a abordagem policial acerca do fenômeno, possibilitando que eles identifiquem nexos entre fatores de risco e desenvolvam estratégias de prevenção por meio da garantia de direitos.

## Considerações Finais

Entende-se que o objetivo desse estudo foi alcançado, bem como a pergunta da RSL foi respondida, haja vista que a pesquisa apresentou outros estudos que debatem a influência do perfil etário, racial e de gênero de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e concluem que esses fatores de fato aumentam as chances de que a violência ocorra com esses sujeitos.

A RSL ainda expôs o estado da arte desta temática, revelando uma escassez de pesquisas sobre o assunto, bem como o predomínio das pesquisas internacionais em detrimento dos estudos desse tema no Brasil. É possível concluir que a interseccionalidade ainda é um campo teórico em construção, especialmente se pensado em conjunto com a VSCCA. A construção desse quadro teórico aparenta estar ocorrendo de modo mais lento no Brasil, ainda que os dados acerca da VS já apontem para seu entendimento da forma imbricada como a Interseccionalidade propõe.

Apesar do número baixo de artigos selecionados para a RSL, considera-se que os resultados encontrados nesses estudos apresentam um novo e importante olhar para compreensão do fenômeno da VSCCA, bem como suas especificidades e a necessidade de focalizar políticas públicas e ações para o perfil de vítimas que mais sofrem com essa violência. Para isso, propõe-se mais estudos nessa linha de pensamento e capacitações de profissionais da área de segurança, de saúde e de educação em relação a esse tema, possibilitando o entendimento dos fatores de risco e de vulnerabilidade que atingem essas crianças.

Ademais, ressalta-se que outros estudos concluem o mesmo que a presente pesquisa: meninas e mulheres pretas e pardas brasileiras vivem uma intersecção de opressões de raça e gênero, sendo afetadas por diversas formas de violência, entre elas, a violência sexual. Logo, ainda que muitas pesquisas brasileiras já apontem para a prevalência do gênero feminino nos casos de VS e VSCCA, é importante reforçar que a discriminação racial e até mesmo a classe social são fatores que não podem ser desconsiderados ao pensar e desenvolver políticas de prevenção a essas violências.

Portanto, a prevenção da VSCCA só poderá ocorrer de modo efetivo quando as opressões de gênero, de raça, de idade e de classe forem reconhecidas em conjunto e analisadas para além de modelos reducionistas, utilizando-se de modelos Interseccionais e baseados na Ética e nos Direitos Humanos.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BARBOSA, C. T. de A. M.; ROCHA, F. N. da. Violência contra crianças e adolescentes e a atuação do psicólogo. **Revista Mosaico**, Vassouras, RJ, v. 11, n. 1, p. 161-168, 2020. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2241/1459>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília, DF: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, 2015. Disponível em: [https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha\\_violencia\\_contra\\_crianças\\_adolescentes\\_web.pdf](https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

CHAUÍ, M. de S. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Coleção Escritos de Marilena Chauí, 5).

CHAVES, L. N.; NEVES, M. N. dos S. S.; ARAÚJO, M. H. M. de; CALANDRINI, T. do S. dos S.; CARDOSO, R. F., MENEZES, R. A. de O. Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo. **Diagnóstico e Tratamento**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 138-146, 2020. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/cbvqk>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CONCEIÇÃO, M. M. da; WHITAKER, M. C. O.; GRIMALDI, M. R. M.; SILVA, L. L. P. da; SILVA, L. S. da; CAMARGO, C. L. de. Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: aspectos do desenvolvimento físico e emocional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 75, e20200584, 2022a. Supl 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/T95LmBTCrqvtRQdXKmqkBLm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, M. M. da; CAMARGO, C. L. de; SANTOS, M. L. N. dos; GRIMALDI, M. R. M.; WHITAKER, M. C. O.; ARAÚJO, R. D. D. de. Condições sociais de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual: percepções da equipe multiprofissional. **Avances en Enfermería**, Bogotá, CO, v. 40, n. 3, p. 382-394, 2022b. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v40n3/0121-4500-aven-40-03-382.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 25 maio 2023.

CRENSHAW, K. W. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ESCORSIM, S. M. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 2, p. 235-241, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/FZWbJsKcy7VPTvZby6p7fZz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FERNANDES, D. T.; TEIXEIRA, M. R. C.; ALVES, P. C. B. de A.; PEREIRA, B. M.; LIMA, A. I. O. Um olhar da psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 11, n. 15, e361111537209, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/37209/31092/410661>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HARRIS, J.; KRUGER, A. C. "We always tell them, but they don't do anything about it!" Middle school black girls experiences with sexual harassment at an urban middle school. **Urban Education**, Thousand Oaks, CA, v. 58, n. 10, p. 2543-2569, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/reader/10.1177/0042085920959131>. Acesso em: 24 nov. 2023.

HELMUS, L. M.; KYNE, A. Prevalence, correlates, and sequelae of Child Sexual Abuse (CSA) among indigenous Canadians: intersections of ethnicity, gender, and socioeconomic status. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, CH, v. 20, n. 9, 5727, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/20/9/5727/pdf?version=1683272019>. Acesso em: 8 nov. 2023.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. (ed.). World report on violence and health. Geneva: **World Health Organization**, 2002. Disponível em: [https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615\\_eng.pdf?sequence=1](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1). Acesso em: 21 jan. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

OLIVEIRA, M. de; SILVA, F. G. O. da; MAIO, E. R. Violência sexual contra crianças e contra adolescentes: a escola como canal de proteção e de denúncia. **Perspectiva (Florianópolis)**, Florianópolis, SC, v. 38, n. 4, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/65526/45238>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ROMEYN, I.; BIRCH, P. Operational policing and child abuse: examining the impact of feminism, exploring the application of intersectionality. **Journal of Criminological Research, Policy and Practice**, England, v. 7, n. 2, p. 125-136, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JCRPP-07-2020-0046/full/pdf?title=operational-policing-and-child-abuse-examining-the-impact-of-feminism-exploring-the-application-of-intersectionality>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SANCHEZ, D.; BENBOW, L. M.; HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, M.; SERRATA, J. V. Invisible bruises: theoretical and

practical considerations for black/afro-latina survivors of childhood sexual abuse. **Women & Therapy**, England, v. 42, n. 3-4, 406-429, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/02703149.2019.1622903>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SANTOS, C. M. da C.; PIMENTA, C. A. de M.; NOBRE, M. R. C. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 8 mar. 2024.

STALIANO, P.; KANEKO, A. Y.; MONDARDO, M. Violência sexual infantojuvenil indígena: da vulnerabilidade social à articulação de políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1436-1457, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/71745/44249>. Acesso em: 21 out. 2023.

TEODORO, C. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe na perspectiva interseccional. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, SC, v. 24, N. Esp., p. 1582-1598, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/87381/52197>. Acesso em: 21 out. 2023.

VIEIRA, M. S. Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento. **Libertas (Juiz de Fora)**, Juiz de Fora, MG, v. 18, n. 2, p. 101-116, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18596/9722>. Acesso em: 2 set. 2023.